Clipping

Notícias do dia 14 de janeiro

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 11 | Número de veículos: 11

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
TCE - GO
Ponto de Informações, 3

RÁDIO BANDEIRANTES AM 820 GOIÂNIA - GO - JORNAL BANDEIRANTES
TCE - GO
Comentários de Altair Tavares, 4

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Maioria das escolas públicas de GO tem biblioteca, mas apenas 32% contam com laboratório de ciências, 5

O POPULAR - ON LINE - GO - CIDADES
TCE - GO
Sinpol aciona Justiça para pagamento de promoção, 6

ATRICON - NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS
TCE - GO
Tribunais de Contas apresentam estudo sobre estruturas das escolas públicas, 7

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
CORPORAÇÕES
Governo não deseja que a Saneago se torne a nova Celg, 9

DIA ONLINE - GO - NOTÍCIAS
CORPORAÇÕES
Projeto proíbe cobrança de taxa de religação de energia em Goiás, 10

O POPULAR - GO - POLÍTICA
AGÊNCIAS
AGR conta com apenas três técnicos para fiscalizar Enel, 11

JORNAL O HOJE - GO - ESSÊNCIA
AGÊNCIAS
Secult Goiás e ABC firmam parceria em projeto que valoriza os municípios, 12

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO
ASSUNTOS DE INTERESSE
Ipasgo supera crise financeira e fecha 2019 com superávit de R$ 65 milhões, 13

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
ASSUNTOS DE INTERESSE
Auditoria aponta 281 obras do Goiás na Frente paradas, 14

DIREITO & JUSTIÇA

Ponto de informações

FERIADOS
O Tribunal de Contas do Estado de Goiás divulgou o calendário de feriados e pontos facultativos em 2020. Serão 15 feriados, contando os que caíram aos sábados e domingos, e cinco pontos facultativos, formando grandes pausas no trabalho. O cronograma deve ser seguido por outros órgãos públicos dos três poderes.

Comentários de Altair Tavares

TAGS: Educação, TCE-GO, Estado de Goiás, Seduc

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2020/01/14/RDIOBANDEIRANTESAM820GOINIAGO-09.21.27-09.34.15-1579007829.mp3

Maioria das escolas públicas de GO tem biblioteca, mas apenas 32% contam com laboratório de ciências

Um estudo apresentado pelo Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) detalhou a estrutura de escolas públicas de ensino fundamental e médio goianas.

O levantamento foi extraído do Censo Escolar 2018 (Inep/MEC) e compara também as estruturas com as escolas privadas. A intenção é dar informações para que órgãos de controle possam fiscalizar a situação das redes de ensino. Em Goiás, o **Tribunal de Contas do Estado** (TCE-GO) fiscaliza a estrutura do ensino médio. Ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) cabe avaliar escolas de ensino fundamental.

A pesquisa também identifica falta de itens relevantes para o adequado aprendizado. São eles: bibliotecas e laboratórios, internet, espaços de lazer, esportes e acessibilidade.

Ensino Médio

Na comparação com o resto do Brasil, as escolas goianas de ensino médio estão bem situadas em relação à existência de bibliotecas ou salas de leitura e internet. Conforme o levantamento, 91% das unidades contam com espaços para leitura ou bibliotecas, enquanto a média nacional é de 86%. Minas Gerais lidera a estatística, com 96%.

A internet é disponibilizada em 97% das escolas públicas goianas, enquanto no Brasil o dado cai para 94%.

Goiás fica abaixo da média nacional em três quesitos. A pesquisa mostra que 73% das escolas brasileiras possuem quadras de esporte; no estado, 72% gozam dessa estrutura. O número de unidades com laboratório de informática também fica aquém. Enquanto o país tem 82% de média, as escolas goianas ficam com 72%.

Unidades equipadas com laboratório de ciências apresentam o pior índice de Goiás no levantamento. Apenas 32% das escolas no estado são contempladas. No Brasil, a média é de 39%.

57% das escolas goianas são consideradas acessíveis, enquanto o dado é de 45% no patamar nacional. Em Goiás, 60% das unidades contam com pátio coberto, contra 59% da média brasileira.

Avaliação público x privada

No geral, as escolas privadas, como mostra a pesquisa, costumam apresentar estruturas mais completas aos estudantes. A desagregação dos números entre escolas das redes pública e privada identifica um maior percentual de escolas públicas desprovidas de estruturas, como laboratório de ciências e biblioteca no país.

No entanto, há estados que apresentam realidades similares nos dois grupos de escolas, públicas e privadas, em termos de quantidade de escolas que oferecem determinada estrutura a seus alunos. Por exemplo, Goiás, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais dispõem de biblioteca aos alunos em mais de 90% dos estabelecimentos.

Dos quesitos avaliados, as escolas públicas do ensino médio só ganham das particulares em Goiás em acessibilidade (76% contra 73%) e laboratórios de informática (72% contra 61%). Nos demais, a vantagem sempre é do ensino privado.

Confira os dados comparativos no gráfico abaixo (média Brasil x média Goiás)

Site: http://diariodegoias.com.br/noticias/207-educacao/124279-maioria-das-escolas-publicas-de-go-tem-biblioteca-mas-apenas-32-contam-com-laboratorio-de-ciencias

Sinpol aciona Justiça para pagamento de promoção

DIREITO E JUSTIÇA

Sinpol aciona Justiça para pagamento de promoção

O Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás (Sinpol) ajuizou Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer com Cobrança em face do Estado de Goiás, para garantir aos policiais civis do Estado de Goiás o cumprimento do artigo 83 da Lei Orgânica da Policia Civil do Estado de Goiás que determina a realização da promoção dos policiais civis uma vez ao ano sempre no mês de julho. A ação, assistida pelo escritório Bruno Pena Advogados Associados, tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual. Nos autos, o sindicato alega que a promoção que deveria ocorrer no mês de julho do ano passado não ocorreu até hoje. "Sem qualquer justificativa, a promoção não ocorreu, causando prejuízos incontestáveis aos vários policiais que aguardam sua merecida ascensão na carreira", explicou a advogada Camila Dufrayer Coelho Silveira.

Penhora suspensa

A desembargadora Silene Aparecida Coelho, da 9ª Vara do Trabalho de Goiânia, suspendeu a penhora dos bens do Vila Nova Futebol Clube em ação movida por jogadores. O clube não cumpriu um acordo trabalhista com o lateral esquerdo Hélder. A justificativa do clube, que foi aceita pela Justiça, foi que o prazo para que o Vila se manifestasse sobre o descumprimento do acordo não tinha acabado na data do despacho.

70 sugestões

O Conselho Nacional de Justiça recebeu 70 sugestões, sendo a maioria (67) de magistrados e tribunais, a respeito da implementação da Lei 13.964/19 no Poder Judiciário. O juiz de garantias é alvo de muita polêmica, o que provocou a criação de um grupo de estudo para analisar a nova norma sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Pedidos

Entre os pedidos, segundo o CNJ, estão a criação de varas regionalizadas, nas quais os magistrados atuem somente como juiz de garantias; digitalização dos processos físicos; instituição de um departamento para tramitação de inquéritos policiais nas sedes das circunscrições judiciárias; realização de audiências, principalmente de custódia, por videoconferência e prorrogação do prazo de implementação. O Conselho também divulgou que algumas propostas pedem a autonomia dos tribunais de Justiça para organizar e regulamentar a implementação da norma. O grupo de trabalho analisa todas as sugestões. O prazo para a divulgação do levantamento sobre os efeitos da aplicação da nova lei termina amanhã.

Ponto de Informações

Feriados

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** divulgou o calendário de feriados e pontos facultativos em 2020. Serão 15 feriados, contando os que caíram aos sábados e domingos, e cinco pontos facultativos, formando grandes pausas no trabalho. O cronograma deve ser seguido por outros órgãos públicos dos três poderes.

Cirurgia garantida

Um bebê de 5 meses com invaginação intestinal vai realizar uma cirurgia de urgência e internação na UTI com tudo pago por um plano de saúde, que chegou a recusar os procedimentos alegando período de carência. A decisão judicial foi obtida após a família, moradora de Inhumas, procurar a Defensoria Pública do Estado. "A lei estabelece que o período de carência para fazer jus ao tratamento emergencial é de 24 horas - já ultrapassado pelo autor quando do evento, posto que aderiu ao plano de saúde da requerida há quatro meses", argumentou o defensor público Jordão Mansur Pinheiro.

Site:
https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/direito-justiça-1.145046/sinpol-aciona-justiça-para-pagamento-de-promoção-1.1972201

Tribunais de Contas apresentam estudo sobre estruturas das escolas públicas

Publicado em jan 14, 2020

Números dizem respeito a escolas do ensino fundamental e médio

As escolas públicas de ensino fundamental e médio goianas estão dentro da média nacional. Essa é uma das análises que se pode depreender do relatório elaborado pelo Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), com dados pormenorizados da infraestrutura das escolas em todo o Brasil. A intenção é oferecer subsídios para que os órgãos de controle possam fiscalizar a situação dessas redes de ensino. Em Goiás, é o **Tribunal de Contas do Estado** (TCE-GO) quem fiscaliza a estrutura do ensino médio, cabendo ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) avaliar as escolas de ensino fundamental.

O levantamento, extraído do Censo Escolar 2018 (Inep/MEC), traz uma comparação com as estruturas das escolas privadas e permite identificar a falta de itens relevantes para o adequado aprendizado das crianças e jovens, tais como bibliotecas e laboratórios, internet, espaços de lazer, esportes e acessibilidade. O trabalho possibilita uma comparação dos números por estados e regiões.

O estudo parte do princípio de que estruturas adequadas em escolas da educação básica são imprescindíveis para proporcionar o crescimento e o aprendizado dos estudantes, reconhecendo que algumas são mais relevantes em determinadas etapas do ensino, outras precisam estar contempladas em todas as escolas, independentemente de atenderem alunos da educação infantil, ensino fundamental ou médio. Por exemplo, enquanto laboratórios de ciências não são tão úteis às crianças da pré-escola, eles são imprescindíveis para o desenvolvimento cognitivo de crianças e jovens em etapas de ensino mais avançadas. Por outro lado, acessibilidade precisa estar presente em todas as escolas, de todas as séries.

NÚMEROS DO ENSINO MÉDIO

As escolas goianas do ensino médio estão bem situadas no que se refere à existência de bibliotecas ou salas de leituras e internet. Os números mostram que 91% das unidades públicas possuem bibliotecas ou salas de leitura em Goiás, contra uma média nacional de 86%. Em Minas Gerais, o campeão nesse quesito, são 96% escolas, enquanto no Acre, o pior índice, ficou com 30%.

A rede mundial de computadores já está presente em 95% das escolas no Brasil, e 20 dos 27 estados (incluindo Goiás) já a disponibilizam em mais de 90% de seus estabelecimentos de ensino médio. O estado que destoa é o Acre, com menos da metade de suas escolas com internet.

Mais de três quartos das escolas de ensino médio já tem laboratório de informática. O Acre se destaca negativamente nesse quesito, vez que apenas 30% de seus estabelecimentos de ensino dispõem dessa estrutura, enquanto Goiás está um pouco abaixo da média nacional, com 72%.

O laboratório de ciências está presente em menos da metade das escolas brasileiras que oferecem turmas de ensino médio aos alunos. Em Roraima, Tocantins, Acre e Amapá, não chega a 25% das escolas. Em Goiás, o índice é de 32%.

PÚBLICO X PRIVADO

No geral, as escolas privadas costumam apresentar estruturas mais completas aos estudantes. A desagregação dos números entre escolas das redes pública e privada identifica um maior percentual de escolas públicas desprovidas de estruturas, como laboratório de ciências e biblioteca no país.

No entanto, há estados que apresentam realidades similares nos dois grupos de escolas, públicas e privadas, em termos de quantidade de escolas que oferecem determinada estrutura a seus alunos. Por exemplo, Goiás, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais dispõem de biblioteca aos alunos em mais de 90% dos estabelecimentos.

Dos quesitos avaliados, as escolas públicas do ensino médio só ganham das particulares em Goiás em acessibilidade (76% contra 73%) e laboratórios de informática (72% contra 61%). Nos demais, a vantagem sempre é do ensino privado.

A conclusão do estudo do Instituto Rui Barbosa, órgão responsável por pesquisas, capacitações, encontros e

debates dos tribunais de contas do Brasil, é de que há espaço para melhorar a estrutura das escolas, de forma a atender adequadamente as necessidades dos estudantes. As deficiências nos espaços escolares são ainda mais preocupantes quando o foco recai apenas nas escolas da rede pública e em estados mais ao norte do país.

Diretoria de Comunicação Social

Tribunal de Contas do Estado de Goiás

Site:
http://www.atricon.org.br/imprensa/noticias/tribunais-de-contas-apresentam-estudo-sobre-estruturas-das-escolas-publicas/



Fio Direto

HELTON LENINE heltonlenine@gmail.co

Governo não deseja que a Saneago se torne a nova Celg

Quando o processo para salvar a Celg estava quase concluído, o novo governo (Marconi Perillo) que assumiu em 2011, rechaçou o acordo proposto por Alcides Rodrigues e apresentou uma nova proposta, que deu o controle da empresa para a Eletrobras. Deu no que deu. Agora, o ex-governador Marconi Perillo repete o discurso dizendo que a Saneago deve ser privatizada em mais de 50%. Para não repetir o erro do ex-governador, o atual, Ronaldo Caiado, só irá colocar 49% das ações à venda, mantendo o controle da empresa com o estado.

Projeto proíbe cobrança de taxa de religação de energia em Goiás

Thyélen Lorruama

Um projeto de lei apresentado na **Assembleia Legislativa de Goiás** (Alego) propõe o fim da cobrança da taxa de religação de energia no estado . A proposta estabelece também prazo máximo de seis horas para reestabelecimento do serviço, após a comprovação do pagamento.

Segundo a matéria, o consumidor pode informar o pagamento do débito no ato da religação ou na sede da concessionária. Além disso, a informação sobre a gratuidade do serviço deverá constar na fatura da unidade consumidora. Em caso de descumprimento, a empresa fornecedora de energia pode receber multa de R$ 1 mil por ocorrência.

De autoria do deputado e presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSDB) , o projeto defende "os serviços de fornecimento de energia elétrica são essenciais à população, e o atual modelo de cobrança contraria os direitos básicos garantidos em Lei, previstos no art. 22 do Código de Defesa do Consumidor".

Na justificativa, Lissauer pontuou ainda que "a cobrança da taxa ou tarifa de religação é uma forma enriquecimento ilícito, uma vez que só a empresa pode fazer a religação".

O projeto foi encaminhado à Diretoria Parlamentar e deve ser analisado pelo colegiado da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) no retorno dos trabalhos parlamentares após ao recesso.

A Enel Distribuição Goiás (antiga **Celg** D) deve restabelecer a religação de urgência em todos os municípios do estado , de acordo com liminar favorável ao Ministério Público de Goiás (MP-GO), Defensoria Pública de Goiás (DPE-GO) e Superintendência Proteção aos Direitos do Consumidor de Goiás (Procon-GO). O serviço está interrompido desde novembro de 2018, exceto na capital.

Segundo ação civil pública do MP-GO, em parceria com a DPE-GO e Procon, o retorno da religação para todo o estado é "pedir nada mais do que o cumprimento das normas constitucionais na vertente do direito à vida, princípio da dignidade da pessoa humana e princípio da isonomia. A decisão foi do juiz Nickerson Pires Ferreira, da 17ª Vara Cível e Ambiental de Goiânia.

Notícias Relacionadas:

RÁDIO ELDORADO ONLINE - GO
Projeto proíbe cobrança de taxa de religação de energia em Goiás
TV SERRA DOURADA ONLINE - GO
Projeto proíbe cobrança de taxa de religação de energia em Goiás

Site: https://diaonline.ig.com.br/2020/01/14/projeto-proibe-cobranca-de-taxa-de-religacao-de-energia-em-goias/

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Depois

A Agência Nacional de Energia Elétrica e a Enel pediram adiamento dos prazos para responder as solicitações do MPF. Tinham 30 dias e o prazo de envio das respostas venceu no dia 6 de janeiro.

Demora

A Aneel afirmou que as áreas técnicas responsáveis estão reunindo informações. A Enel justificou que um grande volume de informações e documentos está em análise por técnicos e advogados da empresa.

Escuro

Filha do governador Ronaldo Caiado, a advogada Anna Vitória Caiado usou o Instagram para reclamar que ficou sem luz no domingo.

Enquanto isso...

Contratadas pela Enel, digital influencers goianas foram ao Instagram para elogiar o novo modelo de boleto. Além de melhorar sua imagem, a empresa quer impulsionar o uso da internet para o pagamento de contas de energia.

AGR conta com apenas três técnicos para fiscalizar Enel

A Agência Goiana de Regulação conta com uma equipe de apenas três engenheiros para fiscalizar a atuação da Enel no Estado. A informação consta em resposta que a autarquia deu ao Ministério Público Federal no âmbito do processo instaurado em dezembro para apurar a qualidade dos serviços prestados pela concessionária. Uma das perguntas feitas pelo MPF foi sobre o tamanho da equipe responsável por fiscalizar a empresa italiana Diante do questionamento, a autarquia informou que "a equipe de técnicos era formada anteriormente por oito engenheiros e atualmente é composta por apenas três engenheiros, sendo um engenheiro eletricista e dois engenheiros civis". A AGR também argumenta a redução se deu por dois fatores: "Saída de técnicos por questões pessoais, como aprovação em outros concursos e mudança para outros órgãos dentro da estrutura do Estado" e "ausência de novos concursos". Procurada pela coluna, a agência informa que dois técnicos foram incorporados à equipe. Diz ainda que "o aumento do quantitativo de pessoal, atualmente, esbarra nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal" e que "tem correspondido, tecnicamente, às fiscalizações pertinentes aos serviços de energia elétrica".

Secult Goiás e ABC firmam parceria em projeto que valoriza os municípios

O secretário de Cultura (Secult Goiás), Adriano Baldy, esteve na Agência Brasil Central (ABC), na quarta-feira (08/010), a convite do presidente José Roberto Leão, para dar início efetivo à parceria entre Secult Goiás e a Agência. Na ocasião, foram apresentadas pela equipe da ABC as propostas das primeiras ações do projeto que visa a veiculação de conteúdos culturais sobre os municípios goianos na TV Brasil Central e nas rádios Brasil Central AM e RBC FM.

Para Adriano Baldy, a iniciativa dá passos importantes na valorização do Estado de Goiás. "Por muito tempo, o foco das notícias ficou nos centros urbanos, aqueles locais que já têm desenvolvimento urbano e econômico. É hora de valorizar, apoiar, incentivar e tornar conhecidas, também, a história, a cultura e os potenciais das pequenas cidades goianas", afirmou. "Estamos lisonjeados de fazer parte desse projeto, que crescerá e trará frutos, principalmente para as comunidades", ressaltou Baldy.



Reunião propõe ações de projetos culturais em municipios Goianos

Na oportunidade, Baldy destacou a relevância do engajamento da ABC na parceria. "A Agência tem toda a expertise, equipamentos, parque tecnológico, para garantir o êxito nesse projeto. Nós, da Secult, temos muitas ideias, muitas propostas e aceitamos os desafios", disse.

Sobre as dificuldades financeira não apenas a Cultura, mas o Estado e o país têm enfrentado, Baldy ressalta que é possível superar. "Haja vista a forma como o nosso governador Ronaldo Caiado assumiu o Estado, com todas as dificuldades e um grande déficit e vem superando e mudando todo o quadro, nós também estamos correndo atrás de recursos", frizou. Desde dezembro, quando assumiu a pasta, Baldy tem ido frequentemente à Brasília, em busca de recursos federais e emendas parlamentares.

Para além dos recursos publicou, o secretário também destaca a possibilidade de busca entre as diversas empresas privadas que apoiam o setor cultural e o setor de comunicação. "Precisamos buscar parcerias, principalmente como esta da Secretaria da Cultura e a ABC, dentro do governo, para a gente criar uma sinergia, para potencializar e maximizar as nossas ações", finalizou Baldy.

Participaram da reunião o presidente José Roberto Leão, a diretora de Telerradiodifusão, Imprensa Oficial e Site, Elizeth Araújo, o coordenador de Telejornalismo, Dyego Spíndola, e o gerente de Gestão e Finanças, Cláudio Orem.

Ipasgo supera crise financeira e fecha 2019 com superávit de R$ 65 milhões

Resultado é inédito nos últimos cinco anos; Desde 2014, o instituto estava com as contas anuais no vermelho

Da Redação



Houve um crescimento positivo na receita de 26%, que representou R$ 359,3 milhões a mais

Ajustes de contas e medidas modernas de gestão transformaram o panorama financeiro do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) que fechou o ano de 2019 com superávit de R$ 65 milhões. O resultado é inédito nos últimos cinco anos. Desde 2014, o instituto estava com as contas anuais no vermelho.

Ao total, houve um crescimento positivo na receita de 26%, que representou R$ 359,3 milhões a mais. Por outro lado, os gastos com despesas operacionais foram reduzidos em 12%.

Em janeiro do ano passado, assim que o governador Ronaldo Caiado assumiu a gestão do Estado de Goiás, o Ipasgo estava com um déficit de R$ 152.839.673,92. Além disso, havia saldo a receber do Governo do Estado que se acumulava, desde 2002, e estava na casa de R$ 183,4 milhões referentes aos programas de saúde desenvolvidos instituto.

O Ipasgo também estava com dívidas junto aos prestadores de serviços credenciados, que estavam sem receber há quase quatro meses. Os atrasos eram referentes ao período de setembro a dezembro de 2018 e os valores chegavam a R$ 122,9 milhões. O não pagamento poderia inviabilizar o atendimento de cerca de 627 mil usuários, que utilizam o plano em todo o Estado.

O presidente do Ipasgo, Silvio Fernandes, explica que o cenário inicial de 2019 era sombrio. Em janeiro, o órgão, comparativamente, estava gastando, por mês, R$ 10,5 milhões a mais do que era arrecadado. "A projeção inicial para 2019 era de crescimento do déficit, caso medidas modernas de gestão não fossem aplicadas. No entanto, tomamos medidas sérias e transparentes e conseguimos reverter esse quadro".

Corte de gastos

As primeiras medidas tomadas por Silvio Fernandes visavam a redução dos custos operacionais do órgão. Após a revisão de contratos, acordos, convênios e parcerias, o órgão alcançou, ainda no primeiro semestre, uma economia de, em torno, de R$ 50 milhões nos gastos com despesas administrativas.

Em outra frente foram iniciadas negociações com o governo de Goiás para o repasse das contribuições, que foram deixadas em atraso pela gestão anterior. Entre outubro e dezembro de 2018, não foram repassados R$ 89,262 milhões ao órgão. Além de quitar as dívidas, o governador Ronaldo Caiado regularizou os repasses.

O pagamento de 14 folhas salariais, ao longo de 2019, pelo governador Ronaldo Caiado ao funcionalismo público, também impactou positivamente nas contas do Ipasgo. Outro ponto favorável foi que, pela primeira vez, após 18 anos, o Governo de Goiás pagou regularmente, dentro do exercício anual, os valores referentes ao Programa de Apoio Social (PAS), aos serviços assistenciais prestados a vítimas do Césio 137 ou pensionistas e os gastos referentes a aposentados antes da emenda Constitucional de 19/1997. Os pagamentos referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019 somaram cerca de R$ 17.564.214,26 a mais no caixa do Ipasgo.

"O Ipasgo cortou gastos, modernizou a gestão e saiu de um déficit operacional para um superávit. Hoje, o Ipasgo está sustentável, viável e o usuário tem segurança no atendimento", garante Fernandes. Além dos ajustes nas finanças, medidas para coibir fraudes auxiliaram na recuperação financeira.

Ao longo do ano, desvios de recursos descobertos pelas auditorias internas culminaram nas operações policiais Morfina e Metástase, que investigam fraudes que podem ter desviado mais de R$ 500 milhões do órgão entre 2011 e 2018. "Sabemos que esses casos emblemáticos de fraudes e desvios impactaram negativamente nos gastos assistenciais dos últimos dez anos. Mas agora estamos atuando para corrigir desvios e evitar desperdícios. O governo de Goiás está estabelecendo novas ferramentas de controle, de gestão de riscos e isso vai favorecer cada vez mais as contas do Ipasgo".

Auditoria aponta 281 obras do Goiás na Frente paradas

PREFEITURAS Após vistorias em 339 execuções de convênios em 216 municípios, governo identifica 128 trabalhos paralisados e sem funcionalidade e 153 em uso, mesmo sem conclusão

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Desde a publicação de decreto que suspendeu a execução de convênios do Estado, técnicos da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC) do Estado realizaram 339 vistorias em obras iniciadas em 216 cidades com recursos do Goiás na Frente. Dados da Secretaria de Governo apontam que, durante a auditoria, foram encontradas 128 obras paralisadas sem funcionalidade. Entre as intervenções realizadas com recursos do programa, também existem 153 que foram paralisadas, mas são usadas pela população, como ruas e avenidas recapeadas, por exemplo.

O Goiás na Frente foi lançado em 2017 e firmou 381 convênios com 221 prefeituras ao longo dos governos dos tucanos Marconi Perillo e José Eliton. Os contratos somam R$ 500 milhões, que seriam destinados para obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos. Na época do lançamento, a promessa era de investimentos de cerca de R$ 6,1 bilhões.

> *"É uma situação triste, mas os menos culpados são os prefeitos, que acharam que teriam o dinheiro"*
>
> **Paulo Sérgio de Rezende (PSDB), prefeito de Hidrolândia e presidente da AGM**

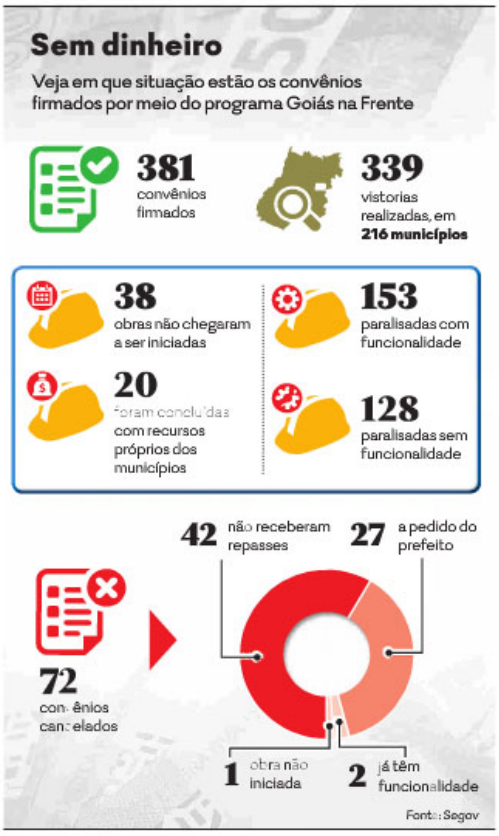
Reportagem publicada pelo POPULAR mostrou que, do total de contratos assinados, apenas R$ 166 milhões foram repassados aos municípios, valor que representa 34% do total. Desde o início do governo de Ronaldo Caiado (DEM), em janeiro de 2019, nenhum valor foi repassado aos municípios.

O objetivo das vistorias realizadas desde o ano passado é a conclusão dos contratos, mesmo sem o pagamento total, para que os municípios possam prestar contas e ter segurança jurídica ao procurar recurso em outras fontes, como o governo federal ou emendas parlamentares.

De acordo com o decreto do ano passado, as prefeituras têm a opção de encerrar o convênio, se a obra já estiver concluída ou se não foi iniciada. Se não estiver concluída e tiver funcionalidade, a obra deve ser entregue na fase atual, ou, caso a obra não esteja concluída, mas a prefeitura tenha recursos próprios, poderá dar continuidade a ela. Desde abril de 2019, 72 convênios foram cancelados, 27 a pedido dos prefeitos.

Presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM) e prefeito de Hidrolândia, cidade da Região Metropolitana de Goiânia, Paulo Sérgio de Rezende (PSDB), foi um dos que decidiram cancelar o convênio após o Estado divulgar que os valores previstos em contrato não seriam quitados. Em Hidrolândia, o contrato era de cerca de R$ 2 milhões. Segundo Paulo Sérgio, o objetivo era construir uma escola no distrito de Nova Fátima, recapear ruas e melhorar a iluminação pública. O município recebeu apenas R$ 467,1 mil do valor total.

A obra da escola em Nova Fátima foi iniciada com recursos do programa, mas será finalizada com recursos da própria prefeitura. "Vi a decisão com maus olhos. É uma obra que a comunidade estava esperando e vai fazer diferença. Eu consegui economizar para terminar, mas muitos prefeitos, não. É uma situação triste, mas os menos culpados são os prefeitos, que acharam que teriam o dinheiro", diz Paulo Sérgio.



Apesar de o município de Bonfinópolis, também localizado na Região Metropolitana, entrar na lista das quatro cidades que receberam o valor integral em um convênio do Goiás na Frente, um segundo contrato com o Estado por meio do programa, em que eram previstas verbas de emenda parlamentar, não teve nenhum repasse e foi cancelado. O prefeito Kelton Pinheiro (PSDB) afirma que recebeu R$ 1 milhão do Goiás na Frente, valor utilizado em obras de infraestrutura.

Situação semelhante ocorreu com Jesúpolis, que também recebeu R$ 1 milhão, utilizado em obras de infraestrutura, mas também teve outro contrato cancelado por ausência total de repasses.

Mundo Novo e Sítio D'Abadia receberam todo o valor do convênio, R$ 1 milhão cada uma. Os valores foram aplicados em pavimentação asfáltica, aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e academia ao ar livre.

DIÁLOGO

O prefeito de Perolândia, Jhonatta Cortez da Silva, cobra diálogo do governo estadual com os prefeitos. Ele iniciou obra de galeria pluvial na cidade com a expectativa de receber R$ 1,3 milhão do governo estadual.

"Tivemos problema com documentação, mas conseguimos resolver. No fim das contas, só recebemos uma parcela. Precisei terminar a obra com dinheiro do município, então precisei fazer modificações e ficou bem menor do que era previsto. O Estado só disse que ia terminar com o convênio. Decreto não é diálogo", afirmou o prefeito.

Prefeitos criticam decisão do Estado

"Quando eu cheguei à prefeitura, tinha dívidas para pagar. Eu assumi. Gestão é assim. A dívida do Estado com os convênios do Goiás na Frente é problema do novo governador." É o que afirma o prefeito de Chapadão do Céu, Rogerio Pianezzola, conhecido como Rogério Graxa (PP). Ele conta que o convênio do programa com a prefeitura era de R$ 1 milhão e seria usado em pavimentação e recapeamento. "Recebi pouco mais da metade. Falaram que não seria mais pago e tive que continuar com recursos próprios", disse o prefeito.

Fábio Correia (sem partido) é prefeito de Cidade Ocidental e diz que o atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), tomou uma decisão política ao determinar o fim dos repasses do programa. "Foi pela desconfiança em relação ao governo anterior. Mas quando o contrato foi feito, com parecer jurídico, deixa de ser particular. É independente do governo que entrar. Se o governador desconfiava, poderia ter feito fiscalização,

> *"A dívida do Estado com os convênios do Goiás na Frente é problema do novo governador"*
>
> **Rogerio Pianezzola (PP), prefeito de Chapadão do Céu**

auditar. A forma como foi realizado, é política. Mas temos que falar de gestão", disse Fábio. Cidade Ocidental firmou contrato com o Goiás na Frente de R$ 8 milhões e recebeu R$ 3 milhões.

O Goiás na Frente tem sido alvo de constantes críticas de Caiado e auxiliares desde o início do mandato, em especial do secretário de Governo, Ernesto Roller, que comanda a pasta que concentra as informações em relação ao programa. Em entrevista ao POPULAR na semana passada, Roller classificou o Goiás na Frente como "demonstração do desajuste e desequilíbrio promovido no Estado ao longo dos últimos anos".

Questionado sobre a possibilidade de um programa semelhante ser lançado no futuro, Roller disse que "com todo o trabalho que tem sido feito" tem certeza que a oportunidade surgirá nos próximos anos.

"Neste momento não há previsão porque precisamos estar com a saúde financeira do Estado em dia para estabelecer novos compromissos", disse.